



CADERNO DE ENCARGOS  
PROCEDIMENTO DE CONSULTA PRÉVIA

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

**“Aquisição de serviços jurídicos”**



## **CADERNO DE ENCARGOS**

O presente caderno de encargos integra as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a “Aquisição de serviços jurídicos”.

### **CAPÍTULO I**

#### **Disposições gerais**

##### **Cláusula 1.<sup>a</sup>**

###### **Objeto**

O objeto do presente caderno de encargos é a aquisição de serviços de assessoria jurídica.

##### **Cláusula 2.<sup>a</sup>**

###### **Entidade adjudicante**

É contraente na qualidade de entidade adjudicante a ESPAÇO MUNICIPAL – Renovação Urbana e Gestão do Património, E.M., S.A., de ora em diante designada abreviadamente por Espaço Municipal, contribuinte n.º 505462583, com o endereço Rua Dr. Carlos Pires Felgueiras, n.º 181, 4470-157, Maia, telefone n.º 229408030, fax n.º 229408038 e endereço de correio eletrónico [geral@espacomunicipal.pt](mailto:geral@espacomunicipal.pt).

##### **Cláusula 3.<sup>a</sup>**

###### **Contrato**

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e pelos seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra, ainda, os seguintes elementos:
  - a) Os suprimimentos dos erros e omissões do caderno de encargos detetados pelo(s) concorrente(s), desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - c) O presente caderno de encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º do mesmo.



#### **Cláusula 4.<sup>a</sup>**

##### **Prazo de prestação dos serviços**

A prestação de serviços objeto do presente procedimento inicia-se no primeiro dia útil do mês seguinte ao da assinatura do contrato e manter-se-á em vigor pelo prazo de um ano, renovável por igual período, até ao limite de duas renovações.

#### **Cláusula 5.<sup>a</sup>**

##### **Preço Base**

1. Pela prestação dos serviços objeto do contrato a celebrar, a Espaço Municipal dispõe-se a pagar ao prestador de serviços o preço máximo de 55.800,00€ (vinte mil euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor, correspondente €36.000,00 a uma componente fixa e €19.800,00 a uma componente variável.
2. A proposta de preço emitida pelo concorrente deverá observar o preço base estabelecido.
3. O preço referido no número 1 não inclui as despesas efetuadas pelo adjudicatário em nome e por conta da Espaço Municipal, designadamente, deslocações fora da Área Metropolitana do Porto, custas judiciais, taxas de justiça e certidões, mas inclui todos os demais custos, encargos e despesas enquadráveis na prestação de serviços objeto do contrato, sendo que nunca poderão a vir a ser imputados e exigidos à entidade adjudicante quaisquer outros montantes, designadamente com serviços e consumos adicionais, despesas de alojamento e alimentação nem com aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios e materiais, assim como com quaisquer encargos resultantes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

## **CAPÍTULO II**

### **Obrigações Contratuais**

#### **Secção I**

##### **Obrigações do adjudicatário**

#### **Cláusula 6.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações gerais do adjudicatário**

O adjudicatário obriga-se, designadamente, a:

- a) Prestar todos os serviços com a diligência, zelo e profissionalismo devidos e empregando os meios e ativos, incluindo todos os equipamentos, materiais e mão-de-obra qualificada necessários para o efeito;
- b) Informar atempadamente a entidade adjudicante sobre a ocorrência de qualquer facto ou situação que possa prejudicar, ou de qualquer forma comprometer, a prestação dos serviços;
- c) Prestar toda a colaboração a fornecedores e outros prestadores de serviços da entidade adjudicante, na medida do que se revelar necessário ou conveniente para a prestação dos serviços ou sempre que tal facilite a prestação de serviços ou outros fornecimentos a efetuar por terceiros à entidade adjudicante, desde que a prestação desta colaboração não prejudique a forma como os serviços são prestados nos termos contratuais, nem corresponda a um encargo excessivo ou exija recursos igualmente excessivos para o adjudicatário;
- d) Apresentar, sempre que a entidade adjudicante o solicitar, todos os documentos comprovativos da sua situação legal e estatutária, da inexistência de dívidas para com a segurança social e a fazenda pública e de quaisquer apólices de seguro obrigatórias nos termos da lei ou do presente caderno de encargos;



- e) Prestar os serviços no respeito de quaisquer instruções e normas internas da entidade adjudicante, incluindo, designadamente, de carácter organizacional e procedimental;
- f) Cumprir, no âmbito da prestação, todas as disposições legais e regulamentares em vigor na presente data ou que entrem em vigor subsequentemente;
- g) Utilizar, na prestação dos serviços, os trabalhadores e demais colaboradores com habilitações, capacidade, especialização e experiência necessárias para assegurar um elevado padrão de qualidade na execução dos serviços, bem como em tempo útil, resposta e correção rápidas a problema(s) relativo(s) aos mesmos;
- h) Substituir de imediato qualquer um dos seus trabalhadores ou demais colaboradores afetos à prestação dos serviços sempre que a entidade adjudicante o solicite, desde que exista motivo justificado;
- i) Cumprir, no âmbito da prestação de serviços, todas as disposições legais e regulamentares, em vigor na presente data ou que entrem em vigor subsequentemente;
- j) Fornecer toda a documentação requerida pelas entidades competentes.

#### **Cláusula 7.<sup>a</sup>**

##### **Obrigações específicas do adjudicatário**

Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente caderno de encargos e nas cláusulas contratuais, decorre da celebração do contrato a obrigação do adjudicatário recorrer a todos os meios, humanos, materiais e informáticos, que sejam necessários e adequados à prestação dos serviços contratados de assessoria jurídica no âmbito do patrocínio judiciário, abrangendo as seguintes obrigações específicas:

- a) Prossecução e gestão de diligências processuais e judiciais em matérias civil ou administrativa.

#### **Cláusula 8.<sup>a</sup>**

##### **Dever de sigilo**

1. O adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Espaço Municipal ou à Câmara Municipal da Maia, de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem ser objeto de qualquer uso ou aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo prestador de serviços ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do contrato e das obrigações conexas ou decorrentes, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

#### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

##### **Modalidades e forma de prestação dos serviços**

O adjudicatário deverá executar os serviços por via telefónica, por correio eletrónico, correio postal ou presencialmente, nas instalações da Espaço Municipal.



## **Secção II**

### **Obrigações da Espaço Municipal**

#### **Cláusula 10.<sup>a</sup>**

##### **Preço contratual**

1. Pela prestação dos serviços objeto do presente contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente caderno de encargos, a Espaço Municipal pagará ao prestador de serviços o preço contratual constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa em vigor, em condições a acordar entre as partes, embora sujeitas à observância imperativa de distribuição mensal de pagamentos de valor equivalente.
2. O preço contratual definido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à entidade adjudicante, designadamente as despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

#### **Cláusula 11.<sup>a</sup>**

##### **Condições de pagamento**

1. O pagamento da quantia fixa devida pela Espaço Municipal, nos termos da cláusula anterior, será realizado em prestações mensais e efetuado até ao limite de 30 (trinta) dias após receção das respetivas faturas.
2. O pagamento da componente variável estará dependente da solicitação e propositura de ações judiciais.
3. Em caso de discordância por parte da Espaço Municipal quanto aos valores indicados em cada recibo / fatura, deve esta comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o mesmo obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou a proceder à emissão de nova fatura corrigida ou à emissão de nota de crédito, quando aplicável.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Informação relevante**

A Espaço Municipal disponibilizará toda a informação relevante, necessária e/ou requerida pelo adjudicatário para a execução dos serviços abrangidos pelo presente vínculo contratual.

## **CAPÍTULO III**

### **Incumprimento Contratual**

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Responsabilidade**



1. A parte a quem seja imputável o incumprimento de qualquer das obrigações que para ela decorram do presente caderno de encargos fica obrigada a indemnizar integralmente a contraparte por todos os danos que o incumprimento lhe cause, incluindo os honorários de advogado, as custas judiciais e os custos de auditoria razoáveis que a parte lesada venha a ter de suportar ou tenha suportado.
2. A responsabilidade do adjudicatário pelos erros e omissões do projeto de execução fica sujeita ao regime previsto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, designadamente o disposto no seu artigo 378.º.

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Penalidades contratuais**

1. Pelo incumprimento de datas e prazos de prestação dos serviços objeto do contrato, a Espaço Municipal pode exigir ao prestador de serviços o pagamento de uma pena pecuniária de 1% do valor global da prestação de serviços, em função da gravidade do incumprimento, por cada dia de atraso.
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do prestador de serviços, a Espaço Municipal pode exigir-lhe uma pena pecuniária não inferior a 25% do valor contratual.
3. Ao valor da pena pecuniária prevista no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo prestador de serviços ao abrigo do número 1, relativamente aos serviços objeto do contrato cujo atraso na entrega tenha determinado a respetiva resolução.
4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Espaço Municipal tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua reiteração, o grau de culpa do prestador de serviços e as consequências do incumprimento.
5. A Espaço Municipal pode recorrer a encontro de contas, considerando a compensação dos pagamentos devidos ao abrigo do contrato e as penas pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.
6. As penas pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Espaço Municipal exija uma indemnização pelo dano excedente.

#### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

##### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao prestador quando se reportem a incumprimento(s) que resulte(m) de caso(s) de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.
2. Podem constituir força maior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do prestador de serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do prestador de serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas ou judiciais de natureza sancionatória, ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;



- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo prestador de serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do prestador de serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do prestador de serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar caso de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.
5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

## **CAPÍTULO V**

### **Cessação do Contrato**

#### **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

##### **Formas de cessação do contrato**

O presente contrato poderá cessar por:

- a) Resolução do contrato por qualquer uma das partes;
- b) Acordo celebrado entre as partes, em qualquer momento da vigência do contrato.

#### **Cláusula 17.<sup>a</sup>**

##### **Resolução do contrato por qualquer uma das partes**

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, os contraentes podem resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de algum deles violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem ou se se encontrar em processo de insolvência ou de recuperação de empresa.
- 2. A resolução do contrato por iniciativa de uma das partes deve ser comunicada por escrito à outra parte, iniciando-se a produção dos correspondentes efeitos resolutivos 30 (trinta) dias após receção de declaração escrita.

## **CAPÍTULO VI**

### **Caução**

#### **Cláusula 18.<sup>a</sup>**

##### **Caução**

Não é exigível, nos termos do número 2 do artigo 88.º do Código dos Contratos Públicos.

## **CAPÍTULO VII**

### **Seguros**

#### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**



### **Seguros**

É da responsabilidade do prestador a cobertura, através de contratos de seguro de todos os riscos que possam inviabilizar ou prejudicar a prestação objeto do presente caderno de encargos.

## **CAPÍTULO VIII**

### **Resolução de Litígios**

#### **Cláusula 20.<sup>a</sup>**

##### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

## **CAPÍTULO IX**

### **Disposições Finais**

#### **Cláusula 21.<sup>a</sup>**

##### **Cessão e subcontratação**

1. O adjudicatário não poderá ceder, transferir ou, por qualquer forma, transmitir a terceiros a respetiva posição contratual no presente contrato ou quaisquer direitos, responsabilidades ou obrigações emergentes do mesmo sem obter, para tal, prévia autorização escrita da Espaço Municipal.
2. O adjudicatário só poderá, para efeitos do cumprimento do presente contrato, subcontratar terceiros, no todo ou em parte, que assegurem a prestação dos serviços, com prévia autorização da Espaço Municipal.
3. No caso da Espaço Municipal, ao abrigo do disposto nos números anteriores, conceder a sua autorização para determinada subcontratação, o adjudicatário será o único interlocutor daquela, perante quem responderá solidariamente com o subcontratado.

#### **Cláusula 22.<sup>a</sup>**

##### **Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, conforme identificação constante do contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.
3. Exceto quando expressamente previsto de forma diferente, todas as notificações ou comunicações a realizar no âmbito do presente contrato serão efetuadas por carta registada com aviso de receção, por carta entregue em mão por protocolo, por fax ou por correio eletrónico com recibo de leitura.
4. As notificações e comunicações ter-se-ão por realizadas, no caso de carta, na data da assinatura do aviso de receção ou do protocolo, no caso de fax, na data da receção no fax destinatário e, no caso de correio eletrónico, após confirmação do destinatário; no entanto, se as referidas assinatura ou receção não tiverem lugar em dia útil ou, tendo-o, se verificarem após as 17:30 horas, apenas se terão por efetuadas no primeiro dia útil subsequente.



5. Qualquer das partes pode, mediante notificação da outra parte efetuada nos termos da presente cláusula, alterar as moradas, números de fax e/ou endereços de correio eletrónico.

#### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

##### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

##### **Lei aplicável**

O contrato é regulado pela Lei Portuguesa, sendo preenchidas quaisquer lacunas pela aplicação do Código dos Contratos Públicos em vigor, estabelecido no Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, ou de outra legislação aplicável.



## ANEXO I

### **ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

#### Artigo 1.º

##### Condições técnicas da prestação de serviços

O adjudicatário obriga-se, através do presente contrato, a realizar apoio técnico e assessoria especializada de advogado, no âmbito das ações e obrigações definidas na Cláusula 7.ª do caderno de encargos, observando as seguintes condições técnicas:

1. A prestação de serviços pressupõe a afetação local de um licenciado em Direito, com vasta experiência profissional;
2. O adjudicatário deve apresentar cópia da cédula profissional;

#### Artigo 2.º

##### Coordenação técnica

A coordenação técnica dos trabalhos e da prestação de serviços será realizada pelo responsável do Gabinete Jurídico da Espaço Municipal, a quem o prestador de serviços reporta toda a informação atinente à execução do contrato, sem prejuízo deste se obrigar superiormente às determinações da Administração da empresa.